

Ditongos orais e seus processos evolutivos na história do português¹

Maria José Carvalho
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
CELGA-ILTEC (Portugal)
(mariac@fl.uc.pt)

Resumo: Através do estudo de um *corpus* medieval (Carvalho 2017), analisam-se, neste artigo, alguns fenómenos de variação e de mudança envolvidos na trajetória histórica dos ditongos decrescentes orais (primários ou secundários) [aw], [aj], [ej] e [ow], salientando alguns processos de manutenção, fechamento, redução e criação, no seu percurso evolutivo. Mostra-se como, em algumas unidades lexicais, os ditongos se mantiveram durante todo o período medieval, afastando-se da norma atual (*contrauto*, p. ex.) e, em outros casos, se registou tardiamente a tendência para a redução, mesmo em formas hoje ditas cultas, que o vieram a recuperar (*clasula*, p. ex.). Apresentam-se, igualmente, fenómenos de variação *-airo/-ario*, que poderão contribuir para a complexificação da noção de “cultismo”, bem como casos de mudança irreversível, com balizas cronológicas precisas, em formas proparoxítonas (*sabham* > *saibam*). No caso de [ej] e [ow], serão fornecidas numerosas abonações que contribuem para fazer recuar a cronologia da monotongação para três ou quatro séculos relativamente à que é referida por Paul Teyssier (1980). Referir-nos-emos, igualmente, à variação *oi ~ ui* (*froyto ~ fruto*, por exemplo), existente no galego comum mas com marcos cronológicos delineados (a favor de *ui* > *u*), na nossa coleção. Mostraremos, finalmente, que casos de antecipação de semivogal *w* (*augua*) bem como de redução no ditongo crescente *wa* (*agardar*), que caracterizam o galego bem como algumas variedades sociais do português, se encontram igualmente representadas nos documentos da zona centro-litoral portuguesa em causa.

Palavras-chave: Dialectologia galego-portuguesa, Fonética histórica, Ditongos orais, Monotongação.

Conteúdos: 1.Introdução: o *corpus*. 2. Análise do *corpus*. 2.1 Ditongos decrescentes 2.1.1 Ditongo [aw] (primário ou secundário) 2.1.2. Ditongo *aj* secundário 2.1.3.Ditongo *ei* e monotongação 2.1.4 Ditongo *ou* e monotongação 2.1.5 Ditongos *oi/ui* 2.2 Ditongo crescente [wa] 3. Conclusões.

Oral diphthongs and their developmental processes in the history of Portuguese

Summary: Through study of a medieval corpus (Carvalho 2017), this article analyses some phenomena of variation and change in the historical trajectory of the oral decrescent diphthongs (primary or secondary) [aw], [aj], [ej] and [ow], highlighting some processes of maintenance, closing, reduction and creation in the course of their evolution. It shows how, in some lexical units, the diphthongs were maintained throughout the medieval period, unlike the current norm (e.g. *contrauto*), while in other cases a late tendency towards reduction was found, even in forms today seen as erudite, which recovered the diphthong (e.g. *clasula*). We also look at phenomena of *-airo/-ario* variation, which may serve to complexify the notion of “erudite words”, as well as cases of irreversible change, with precise chronological goals, in proparoxytone forms (*sabham* > *saibam*). In the case of [ej] and [ow], we provide considerable evidence suggesting a chronology for monophthongization three or four centuries earlier than that given by Paul Teyssier (1980). We also mention the variation *oi ~ ui* (e.g. *froyto ~ fruto*), found in common Galician but with definite chronological marks (in favour of *ui* > *u*), in our collection. Finally,

¹ Este artigo constitui uma versão muito melhorada de duas secções da tese de doutoramento da [Autora](#) (Carvalho 2006: 394-403; 409-410), [parcialmente](#) inédita. Não serão objeto de estudo neste trabalho os ditongos que se formaram tardiamente, resultantes de síncope de *-d-* intervocálico nas formas verbais de P5 ou, ainda, os que resultaram de síncope de *-L-* intervocálico nos plurais dos nomes e adjetivos terminados em *l*, uma vez que constituem subsistemas específicos, já referidos em outros artigos, de temática diversa (Carvalho 1999 e 2000). Do mesmo modo, sobre a variação entre os ditongos *ou ~ oi* (muito específica da língua portuguesa), no *corpus* em apreço, veja-se Carvalho 2011. Também não serão mencionados os casos de formação de ditongo *ei* ou *ou* nos grupos iniciais latinos EKS (“ex-”), ECC (com as evoluções paralelas medievais *ei/-en/-e-*: *eixemplo*, *eigreja*) ou OCC- (*oucidente*, por exemplo). A esse propósito, veja-se Carvalho 2015a e 2015b.

we show that cases of anticipation of the semivowel *w* (*augua*), and reduction of the crescent diphthong *wa* (*agardar*), characteristic of Galician and of some social varieties of Portuguese, are also found in these documents from the coastal zone of central Portugal.

Key words: Galician-Portuguese dialectology, Historical phonetics, Oral diphthongs, Monophthongization.

Contents: 1. Introduction: the *corpus* 2. Analysis of the corpus 2.1 Decrescent diphthongs 2.1.1 Diphthong [aw] (primary or secondary) 2.1.2 Secondary diphthong *aj* 2.1.3 Diphthong *ei* and monophthongization 2.1.4 Diphthong *ou* and monophthongization 2.1.5 Diphthongs *oi/ui* 2.2 Crescent diphthong [wa] 3. Conclusions.

1. INTRODUÇÃO: O CORPUS

O *corpus* que iremos analisar é constituído por 153 documentos notariais originais (sécs.XIII-XVI) (Carvalho 2017), oriundo dos fundos do mosteiro cisterciense de Alcobaça, um importante centro na cultura portuguesa medieval (situado na zona Centro-litoral, entre Coimbra e Lisboa). Os documentos situam-se num período compreendido entre 1289 e 1565, e são redigidos não apenas no mosteiro mas também nas áreas periféricas sob sua jurisdição, os chamados “coutos”. Escolhemos como amostra um *corpus* único, seriado cronologicamente, pois cremos que é comparando textos do mesmo género ao longo dos tempos que chegamos ao que Kabatek designou de variação diacrónica “autêntica” (Kabatek 2001: 97). O universo do discurso é a linguagem jurídica usada nos contratos relativos à propriedade: documentos de compra e venda, de arrendamento, de troca, recibos e testamentos, por exemplo. É sobre esta base de campo de estudo – geográfica, cronológica e temática – que podemos observar a evolução contínua dos textos e, por isso, em paralelo, da língua.

2. ANÁLISE DO CORPUS

2.1 Ditongos decrescentes

2.1.1 Ditongo [aw] (primário ou secundário)

O ditongo primário [aw], resultante de uma evolução de tipo culto, é extremamente frequente e regista-se ao longo de todo o período estudado, no léxico da linguagem jurídica. Apresentam-se a seguir as ocorrências que nos foi possível encontrar:

Formas (e variantes gráficas)	Nº de ocorrências
<i>autoridade, auctoridade, autorydade, aupterydade, autorjdade, autorridade</i>	59
<i>audiêçia, audiencya, audjençias, aud[yêcy]a, aud[iêçi]a</i>	5
<i>auto[r], autor, autores, autoria</i>	42
<i>caufa, caufas, chaufa, causa</i>	11
<i>claufulas, claufullas, claufolas, claufollas, clauffulas, crausollas</i>	39

Não obstante as formas acima resultarem de uma evolução culta, conheceram igualmente a evolução de tipo tradicional (semelhante ao resultado geral das palavras que evoluíram por via popular), ou seja, o fechamento e elevação da vogal central nesse ditongo, por assimilação regressiva ([aw] > [ɔw] > [ow]). Apresentam-se a seguir as abonações encontradas, situadas nos séculos XIV e XV²:

² O mesmo tipo de formas é referido por Ferreiro (1999: 70): «é relativamente doado documentar formas evoluídas patrimonialmente que na época moderna recuperaron o ditongo latino (cfr., por exemplo, AUCTŌRITĀTE > arc. *outoridade*)».

outor (1434 SC 91), *autoridade* (1345 MA 33) e *outorjidade* (1410 MA 73).

Por outro lado, quando na mesma palavra existia outro *u*, o ditongo *au* simplificou-se frequentemente em *a*, por dissimilação. Variantes com monotongação de *au* primário em *a* rivalizaram durante o período medieval com as que conservaram o ditongo. Tal fenómeno de variação afectou as formas medievais da unidade lexical *clausula*, que parece ter retomado definitivamente o ditongo apenas a partir dos últimos anos do século XV (no nosso corpus, a partir de 1489). Apresentam-se a seguir as formas registadas com monotongação:

c[r]afulas (1377 Alv 50 e 1380 Alv 52), *claffulas* (1419 MA 79), *claffullaσ* (1478 MA 123, 2 v.; 1479 MA 124 e 1484 MA 126), *clafulas* (1386 MA 55; 1403 MA 69; 1410 MA 73, 3 v. e 1419 MA 79, 2 v.), *clafulla* (1430 C6s 89), *claffullas* (1408 MA 71, 2 v. e 1423 MA 83, 2 v.) e *claffullaσ* (1477 MA 121, 4 v.; 1478 MA 122, 2 v.; 1478 MA 123; 1479 MA 124, 2 v.; 1479 MA 124, 2 v. e 1485 MA 128).

O mesmo aconteceu com *crafta* (< CLAUSTRA-) ‘claustró’ (1428 MA 87; 1490 MA 131) e *sobre craftas* (1521 Ped 143).

Indica-se a seguir o número de ocorrências de *au* secundário, ou seja, quando resulta da vocalização de *k* ou *p* dos grupos -KT- ou -PT- precedido de *a*:

Tabela nº 2 – Formas com o ditongo *au* (< *a* + vocalização do 1º elemento de -KT- ou -PT-)

Formas (e variantes gráficas)	Número de Ocorrências
<i>auçom</i> , <i>auçõ</i> , <i>auções</i> , <i>auçoões</i> , <i>auçãm</i> , <i>auçã</i> , <i>auçam</i> , <i>aucã</i> , <i>auçõo</i>	16
<i>aucto</i> , <i>autoall</i> , <i>autos</i> , <i>auto</i>	18
<i>contrauto</i> , <i>[cõ]trauto</i> , <i>[con]trauto</i> , <i>[con]t[r]auto</i> , <i>[cõ]t[r]auto</i> , <i>cont[r]auto</i> , <i>cõt[r]auto</i>	23
<i>trautada</i> , <i>trauta</i>	2
<i>t[r]an[auçom]</i> , <i>t[r]a[auçom]</i> , <i>t[re]sauçom</i> , <i>trasauçõ</i> , <i>t[r]asauçõ</i> , <i>tresauçam</i> , <i>t[re]fauçam</i> , <i>t[re]ffauçã</i>	14
<i>Bautifia</i> e <i>Bautyfta</i>	6

A evolução de tipo tradicional também se regista, ainda que excepcionalmente, nas formas com ditongo secundário: *ouçõ* (1366 MA 46).

No que diz respeito à actual forma *contrato*, com ditongo *au* secundário no português medieval, a monotongação a que se aludiu acima deve ter sido posterior à Idade Média, pois nunca se regista ao longo do período estudado. Uma pista para o estabelecimento dessa cronologia poderá ser a forma tardia *tratou*, que se pode observar no último documento do corpus: *tratou* (1565 Alc 153), [embora não possa afastar-se a possibilidade de se tratar de uma solução semiculta](#).

Importa salientar que, excepcionalmente, num dos primeiros documentos em que aparece aquela unidade lexical, verifica-se a variante *cõtrayto* (1416 MA 78, 2 v.), o que prova que a vocalização do primeiro elemento do grupo -KT-, quando precedido de *a*, pode ter dado origem a *ai*, mas esse tratamento, em que *k* se vocaliza em [j], não ultrapassou nesta unidade lexical a percentagem de 5%.

2.1.2 Ditongo *aj* secundário

Na fase mais antiga da língua podem registar-se as formas etimológicas *quayrela* (1315 Alj 15, 2 v.) e *cayrela* (1315 Alj 15), resultantes da vocalização do primeiro elemento do grupo consonântico -DR- (< QUADRELLA). Com o decorrer do tempo, o primeiro elemento vocálico tendeu a fechar-se, transformando-se em vogal posterior, eventualmente por influência da consoante velar: *coyrela* é, assim, a forma mais frequente, tendo o ditongo *oi* sido posteriormente substituído por *ou*³.

Segundo Clarinda Maia, «em palavras cultas, não tradicionais, originariamente terminadas em

³ Sobre a variação *ou* ~ *oi* no período medieval, veja-se [Carvalho 2011](#).

-ARIU, o resultado mais frequente nos textos da Galiza é *-ario* (...). Pelo contrário, nos documentos da região portuguesa predominam formas com atracção da semivogal para a sílaba tónica» (Maia 1997²: 541-542).

São os seguintes os exemplos encontrados nos documentos da nossa coleção em que, depois da atracção da vogal para junto da sílaba tónica, não se completa a evolução de *ai* para *ei*:

[cõ]t[r]airo (1438 Ped 95), [cõ]trairo (1482 MA 125), [con]t[r]airo (1428 MA 87), [cont]r[a]iro (1426 MA 85), *contrairo* (1515 SM 141), *contrayro* (1487 PP 129), *defuairo* (1402 MA 67), *defvayro* (1467 Mai 117), *ffamiliayro* (1307 Alp 13), *ffamyliairo* (1307 Alp 13)⁴, *hordenairo* (1430 Cós 89 e 1448 Alj 103), *hordenayro* (1496 Sal 135), *hordenayros* (1467 Mai 117), *hordjnaire* (1405 MA 70), *hordjnhairo* (1402 Ped 68), *notairo* (1478 MA 122), *notayro* (1490 MA 131), *ordenairo* (1515 SM 141), *ordenairos* (1521 Ped 143), *ordenayro* (1487 PP 129; 1532 Tur 149), *ordinhayros* (1379 Alc 51), *ordjnhayro* (1379 Alc 51), *trijntayro* (1343 AM 31), *trintairos* (1422 MA 81, 2 v.), *uigajro* (1352 Ped 38), *uigayro* (1289 MA 1 e 1300 Alj 8), *ujgajro* (1435 Alj 92; 1437 Ped 94), *veftiayro* (1304 Alc 10, 2 v.), *vigairo* (1472 TC 120, 2 v.), *vigayro* (1297 Cos 4, 2 v.; 1304 Alc 10 e 1338 Alv 28), *viguairo* (1402 MA 67), *vjgairo* (1435 Alj 92 e 1455 MA 108) e *vygayro* (1491 Alj 133, 4 v.).

O resultado *-ario* regista-se em duas classes de palavras:

(i) Em alguns nomes de cargos ou profissões:

comendatario (1527 MA 146), *comyffaryo* (1430 Cós 89), *donatarios* (1536 SC 150), *donataryos* (1536 SC 150, 2 v.) e *secretarjo* (1532 Tur 149).

(ii) Nas variantes gráficas do adjetivo *necessário*:

nefeçario (1522 MA 144), *neçeçaryo* (1491 Alj 133), *neçesarias* (1529 MA 148), *neçesario* (1529 MA 148), *neçeçarías* (1336 Alj 26), *neçeçario* (1372 MA 47; 1422 MA 82; 1425 MA 84), *neçeçaryo* (1519 MA 142) e *neçeçfareo* (1482 MA 125; 1536 SC 150).

As abonações apresentadas colocam-nos perante a questão de saber o que deverá considerar-se uma “evolução de tipo culto, não tradicional”. De facto, se a estrutura acentual da palavra fosse o único critério para o estabelecimento da definição, teríamos formas polissílabas, sem atracção, como (*h*)ordenario, familiario, o que não acontece. Por outro lado, se o aliarmos a critérios semânticos, poderíamos ser levados a considerar que apenas os nomes de cargos e profissões com mais de três sílabas caberiam nessa tipologia. A verdade é que ocorre sistematicamente a variante do adjetivo *neçeçario* (sem atracção), que não se enquadra nessa tipologia.

Um aspecto particularmente importante para questões de periodização prende-se com a formação do ditongo *ai* na actual forma de presente do conjuntivo *saibam*. No segundo quartel do século XV regista-se o fenómeno de variação, sendo um documento escrito em Alvorninha, em 1450, o último reduto de *sabham*. A repartição das formas referidas é a seguinte:

Tabela 3 – Repartição das formas do Presente do conjuntivo do verbo *saber*, sem formação de ditongo

Cronologias	Número de ocorrências	Forma
1297-1386	38	<i>sabhã</i>
1345-1435	15	<i>sabhãm</i>
1350-1450	26	<i>sabham</i>

O *h* com valor fónico de [j] manteve-se até cerca do primeiro quartel do século XV na forma *sabham* (< SAPIANT) e variantes gráficas⁵, mas a partir de 1423, essa semivogal é atraída para a sílaba tónica, formando com a vogal dessa sílaba o ditongo decrescente *ai*⁶.

⁴ O mesmo nome volta a surgir mais tardiamente na variante atual: «Johã Martijz famjliar» (1467 Mai 117).

⁵ De modo completamente isolado, atesta-se *sabbã* no primeiro documento desta coleção (1289 MA 1).

⁶ Por vezes, o *h* mantém-se a partir dessa altura no mesmo contexto, muito provavelmente por hábito gráfico, dando origem a formas do tipo *saibham*. A esse propósito, refere José Joaquim Nunes: «Neste verbo [*saber*], como em *cabem*, aparece nos documentos antigos também *saibia* e *caibia*, formas estas que

Apresentam-se a seguir os exemplos do *corpus*, localizados em documentos posteriores a essa data⁷:

saibam (1459 MA 111; 1460 MA 112), *saibhã* (1426 MA 85; 1455 MA 108), *saibham* (1423 MA 83; 1436 Alf 93; 1438 Ped 95; 1442 SM 97; 1444 Alv 100; 1447 Alj 101; 1448 Alj 103; 1456 MA 109; 1478 MA 123; 1482 MA 125; 1490 MA 131; 1527 MA 146; 1528 MA 147; 1529 MA 148), *saibhãm* (1437 Ped 94; 1440 MA 96; 1443 Alf 99; 1459 MA 110; 1471 MA 119; 1477 MA 121; 1478 MA 122; 1478 MA 123; 1479 MA 124; 1484 MA 126; 1484 MA 127; 1485 MA 128; 1502 MA 137; 1505 MA 138; 1507 MA 139), *sajbam* (1448 Ped 102), *sajbham* (1491 Alj 132), *sajbhãm* (1491 Alj 133), *saybam* (1442 MA 98; 1469 Cel 118; 1487 PP 129; 1509 Ped 140), *saybham* (1462 Alj 115; 1495 MA 134; 1496 Sal 135; 1515 SM 141; 1519 MA 142; 1521 Ped 143; 1522 MA 144; 1536 SC 150; 1536 SC 151), *saybhãm* (1462 Mai 114; 1467 Mai 117; 1489 MA 130; 1500 MA 136; 1532 Tur 149); *saybhão* (1541 Sal 152) e *saibham* (1526 Ped 145).

A propósito das mesmas formas, na primitiva região galego-portuguesa, exprime-se deste modo a Autora de *HGP*:

aparecem diferentes tipos de variantes, umas extensivas a toda a área galego-portuguesa, outras restritas apenas aos documentos da Galiza. As formas de feição mais antiga são aquelas em que a semivogal se mantém depois da consoante *b*: elas surgem, em geral, durante o século XIII e primeira metade do século XIV, só ultrapassando excepcionalmente este período (...). Das formas de feição mais recente, com atracção, encontram-se alguns exemplos em documentos portugueses do século XV, embora com carácter esporádico: *saibam* (1416 M 168), *sajbam* (1484 DL 150) (Maia 1997²: 809).

O mesmo fenómeno de atracção pode observar-se na forma *efcaybar* ‘trocar’ (<*EXCAMBIARE) e no nome deverbal *efcaybo*. A primeira forma encontrada com atracção da semivogal data de 1402: *efcaybar* (1402 Ped 68), mas a variante que dominou a primeira metade do século XV foi a antiga, sem atracção. Podem encontrar-se os seguintes exemplos: *efcãbhar* (1321 Alc 17; 1324 Alc 18), *fcambhar* (1388 MA 58; 1397 MA 63; 1397 MA 64; 1399 MA 66; 1403 MA 69; 1408 MA 71; 1410 MA 73; 1413 MA 75), *fcãbhar* (1430 Cós 89) e *effcãbhar* (1450 Alv 104).

Só a partir do 3º quartel do mesmo século os exemplos evidenciam sistematicamente o ditongo *ay*⁸, por vezes nasal, em virtude da manutenção da nasalidade na sílaba pretónica:

efcaimbar (1528 MA 147), *efcajmbar* (1460 MA 112), *efcaybaar* (1500 MA 136), *efcaybar* (1478 MA 122; 1478 MA 123; 1479 MA 124; 1485 MA 128; 1489 MA 130; 1495 MA 134; 1502 MA 137; 1505 MA 138; 1507 MA 139), *efcaybo* (1471 MA 119, 6 v.) e *efcaibar* (1484 MA 126).

Na forma *reparar* (< RĒPĀRĀRE) e variantes (derivadas e flexionais), desenvolve-se a semivogal [j] seguida da vibrante *r*. Estas formas são usadas de modo exclusivo ao longo deste *corpus*⁹. Vejamos os exemplos que extraímos:

reparar (1459 MA 111), *rreparadas* (1528 MA 147), *rreparamento* (1423 MA 83), *rrepararedes* (1465 MA 116), *rrepararem* (1479 MA 124), *rreparaffem* (1422 MA 82), *rrepaire* (1522 MA 144, 2 v.; 1528 MA 147), *rrepairedes* (1397 MA 64), *rrepairem* (1422 MA 82; 1478 MA 123; 1479 MA 124), *rrepairen* (1482 MA 125), *rrepairedes* (1383 Alj 53), *rrepayra[r]m[os]* (1452 MA 106), *rrepayradas* (1452 MA 106), *rrepayrando* (1478 MA 122), *rrepayrar* (1519 MA 142), *rrepayraram* (1479 MA 124), *rrepayrardes* (1419 MA 79), *rrepayraredes* (1453 MA 107) e *rrepayredeσ* (1478 MA 122).

me parecem puramente gráficas, devidas ao cruzamento entre *saiba* [sic], *cabia* e *saiba*, *caiba*». (Nunes 1989⁹: 331, nota 2).

⁷ De salientar, todavia, que a forma *sabbãm*, hoje popular, “emparelhando com *cabam*, *valam*, *habam*, por influência do infinitivo” (Nunes: 331, nota 2) atesta-se no documento 1430 Cós 89. Por outro lado, o único documento a evidenciar a forma *sabham* após a referida data é de 1450 e foi escrito em Alvorninha, reduto linguístico que conservou até mais tarde as formas antigas, como temos vindo a referir.

⁸ Uma forma tardia revela o desenvolvimento da semivogal em sílaba tónica: *efquambairê* (1522 MA 144).

⁹ Segundo Ramón Lorenzo, a forma antiga *reparar* documenta-se a partir do século XIV. Vejam-se as abonações por ele apresentadas em *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*, vol. II, (Glosario), s. u. “reparar”.

Finalmente, revela-se complexa a forma de origem árabe *alcade* («dom Pedro, *alcade* de Maçeira», 1375 MA 49) uma vez que ocorre sem semivogal, de modo completamente isolado. Representa apenas 8 % num universo de 12 ocorrências da unidade lexical:

alcaide (1430 Cós 89 e 1522 MA 144) e *alcayde* (1306 Cós 12; 1329 Evo 22; 1338 Alv 28; 1340 Ped 29, 2 v.; 1436 Alf 93, 2 v.; 1437 Ped 94 e 1491 Alj 132).

De facto, segundo Ramón Lorenzo, *alcayde* é derivada de AL-QĀ 'ID enquanto que *alcaide* de AL-QĀDĪ, ambas árabes. Torna-se impossível saber, portanto, se a forma citada apresenta a monotongação de *ai*, ou se é apenas o representante histórico de AL-QĀDĪ, denunciando, assim, uma outra solução, sem ditongo.

2.1.3. Ditongo *ei* e monotongação

Este tipo de ditongo está contido nas formas *meyado* (1343 AM 31) e *meyo* (1321 Alc 17; 1324 Alc 18; 1343 AM 31, 2 v. e 1352 Ped 38; 1415 Ped 77, 3 v.), mas a partir de finais do século XIV começam a surgir as formas *meo* (1392 MA 60; 1472 TC 120; 1505 MA 138) e *mea* (1528 MA 147, 2 v.), que prevalecem no século XVI.

A semivogal em posição interior desapareceu definitivamente da forma *meyadade* (1291 Alc 3, 2 v.; 1332 Alc 24; 1388 MA 58; 1399 MA 65), a partir do século XV. De facto, nos últimos anos do século XIV, essa forma rivaliza com *meatade* (1372 MA 47, 2 v.; 1377 Alv 50, 3 v.; 1380 Alv 52, 2 v.), que se encontra também nos primeiros anos do século XV (1402 Ped 68, 5 v.; 1415 Ped 77, 4 v.). Saliente-se, todavia, que no documento de 1402, ao lado das 5 ocorrências de *meatade*, convive a forma, já idêntica à actual, *metade* (1402 Ped 68). Assim, a partir da segunda metade do século XV, encontra-se em variação a forma com assimilação de *a* e aquela que revela o resultado da crase: *meetade* (1465 MA 116, 2 v.; 1485 MA 128, 2 v.) e *metade* (1450 Alv 104, 2 v.; 1507 MA 139, 2 v.). Na colecção de *HGP*, «a supressão da semivogal só muito raramente se registou nos textos de Portugal» (Maia 1997²: 622).

Esperança Cardeira admite que

da análise destes segmentos vocálicos não releva uma tendência evolutiva nítida: se o iode anti-hiático surge já representado desde o último quartel do século XIV, durante todo o século XV o seu uso não aumenta significativamente, continuando as formas cuja grafia representa o tritongo a alternar, esporadicamente, com as sequências de grafia hiática, mais numerosas (Cardeira 2005: 275).

Baseando-se no gráfico ilustrativo da sequência *-eo/-eio* no conjunto da documentação por ela estudada, e que inclui *meo ~ meio*, conclui que «a grafia que representa o tritongo nunca chega a atingir 30% do total; a partir do segundo quartel do século XV a sua frequência tende a aumentar, embora esse acréscimo seja pouco significativo» (Cardeira 2005: 275). De qualquer forma, acrescenta:

mas note-se que a inclusão, nestes totais, das variantes *meo ~ meio*, aumenta bastante a frequência das grafias com iode; do seu expurgo, entre 1425 e 1450, resultam as percentagens 1% na documentação notarial, 0% nas *Vidas de Santos* e 3,7% no *Livro da Cartuxa*. Estes resultados denotam, afinal, a adopção, no texto de D. Duarte, da inovação, e revelam a importância da variação *meo ~ meio* nos textos não literários: a sua frequência pode ter contribuído para a aceitação do tritongo em formas em que foi inserido um iode anti-hiático (Cardeira 2005: 276).

Sem questionar o rigor da análise de Cardeira perante os dados que possui, parece-nos, contudo, que, em face do *corpus* de que dispomos (“coerente”, do ponto de vista dialetal e tipológico, bem como cronologicamente seriado), deverá aceitar-se a possibilidade de formas como *meyo* terem resultado da evolução do étimo ME(D)IO, após a síncope de consoante intervocálica. Formas deste tipo poderão ter sido as que ofereceram eventualmente o contexto mais propício à monotongação, fenómeno que foi posteriormente estigmatizado.

A forma de origem árabe *aldeya*, generalizada, no nosso *corpus*, no século XIV (1321 Alc 17; 1328 Alv 20; 1343 AM 31, 2 v. e 1359 MA 42, 2 v.), surgirá sem semivogal num documento do século XV: *aldea* (1453 MA 107, 2 v.), mas num documento tardio, onde ocorre 2 vezes a forma *mea*, volta a

recuperá-la: *al[de]ia* (1528 MA 147). De acordo com Ramón Lorenzo: «las formas con -i- no son continuación del diptongo árabe. Deben mirarse como formas con -i- antihiática (cfr. *area* > *areia*, *cheo* > *cheio*, etc.). La forma hoy normal en Portugal es *aldeia*; *aldea* se conoce como regionalismo septentrional y es la típica del gall.» (Lorenzo, 1977: s. u. “aldea”, “aldeia”, “aldeya”). Segundo Rodríguez Veiga,

Nos exemplos medievais de *aldeia/aldeya* si podemos ve-lo resultado normal – ainda inalterado – do ditongo árabe *ai*, pero non no resultado portugués *aldeia*, que se debe a un proceso diferente e posterior, onde, de acordo coa tendencia xeral na fonotáctica iberorromance, o iode abre sílaba, polo que, frente á posible realidade dos exemplos arcaicos, non se trata dun caso de ditongo *ei*, senón dunha silabación *al-de-ia* (Rodríguez Veiga, 1986: 305).

De facto, recordando os testemuños apresentados referentes ao noso corpus, podemos constatar que a esmagadora maioría das abonações para *aldeya* (6 ocorrências) situa-se na primeira metade do século XIV, o que, nesta fase, nos faz pensar no resultado normal do ditongo árabe *ai*, à semelhança do que aconteceu no galego.

O ditongo *ei* pode provir de E + SI, tendo a palatalização deste grupo sido acompañada do desenvolvemento de semivogal palatal, tal como ainda subsiste no galego: *Tareixa*¹⁰. Nos documentos sob análise encontra-se abundantemente representado esse tratamento, sendo exclusivo no antropónimo correspondente ao actual *Teresa*: *Tareija* (1328 Alj 21); *Tareyia* (1343 AM 31; 1362 MA 43, 2 v.; 1413 MA 75, 2 v.) e *Tareyja* (1452 MA 106).

Está ainda presente na terminación *-eiro/-a*, muito frequente ao longo do período medieval, quer se trate da evolución de A + RI (*primeyro*, *ribeyro*, *celareyro*, etc), de E + RI (*moesteyro*, *madeira*, etc.), quer, ainda, de derivados como *peffoeiro* («E o fillo mayor feia *peffoeiro* pera tirar os nofos foros e nolos êtregar», 1375 MA 48) ou *ualledeira* (1388 MA 57) e *ualedeyra* (1388 MA 57; 1399 MA 65, 2 v.).

Quanto à questão da monotongação de *ei*, podemos dizer que começa a revelar-se em documentos redigidos no mosteiro situados já no 3º quartel do século XIV¹¹, e torna-se bastante frequente num documento tardio, dos primeiros anos do século XVI, escrito em S. Martinho. Apresentamos a seguir os dados que foi possível obter relativamente a essa monotongação, que se verifica sobretudo quando *ei* vem seguido de fonema fricativo pre-palatal, alveolar ou ainda em seqüências vocálicas (*me-io*):

Tabela nº 4 – Formas que evidenciam a monotongação de *ei*

Cronologias	Formas
1362 MA 44	<i>lexar</i>
1363 MA 45	<i>lexar</i>
1392 MA 60	<i>meo</i>
1402 MA 67	<i>ferero</i> ; <i>camarero</i>
1419 MA 79	<i>lexar</i>
1453 MA 107	<i>aldea</i> , 2 v.
1472 TC 120	<i>meo</i>
1505 MA 138	<i>meo</i>
1515 SM 141	<i>pexe</i> (7 v.), <i>pexes</i> ; <i>Viera</i>
1528 MA 147.	<i>mea</i> , 2 v.

Convém mencionar que no documento 1362 MA 44 são as seguintes as formas com *ei*: *azeite* (2 v.), *carniceyro*, *colheyto*, *d[ere]itos* (2 v.), *ff[r]ey*, *maneyra*; *oliueyras*, *p[re]yto*; *poftumeyra*, *poftumeyro*, *proueytardes* (2 v.) e *proueytedes*. No documento 1363 MA 45, escrito pela mesma mão, encontram-se: *Eyrea*, *frey*, *madyra*, *preyto*, *proueytardes* e *Ribeyra*. No documento 1419 MA 79 observam-se as seguintes formas: *ap[ro]ffeytardes*, *azeite*, *azejte*, *colheito*, *deradeiro*, *eira* (2 v.), *enteiramête*, *exeiçom*, *ffrey* (3 v.), *Janeiro*, *moesteyro*, *oljueiras* (6 v.), *p[o]rteiro*, *proffeytardes*, *Rey* e *rrendeiro*. Finalmente, o documento 1515 SM 141 apresenta: *ap[ro]jueitar*, *azeite* (4 v.), *Eytor*, *hap[ro]jueitar* (2 v.), *Janeiro*, *leira*, *Pederneira* (2 v.), *Rey* (10 v.), *fey*, *verdadeira* e *Vieira* (2 v.).

¹⁰ De acordo com Boullón Agrelo (1999: 425), «é um dos 15 nomes femininos máis frecuentes en Galicia no séc. XIII». De entre as 17 abonações que apresenta, a Autora refere *Tareiga* (regina domina) 12.1132 8s. 13) CDXubia 78, bem como *Tareisa* (domna) [filha do rei Afonso VI] 12. [1125-45] Tsamos 257; também (com outro epíteto) *Tareisa* Adefonsi 12.1125 Tsamos 160.

¹¹ De acordo com Jorge Manuel de Moraes Gomes Barbosa, na *Crónica de Castela*, «a semivogal é absorvida pela palatal seguinte em *bejar*» (Barbosa 1958: vol. I, 61).

Ainda que os exemplos recolhidos se encontrem, na generalidade dos casos, relativamente isolados, uma conclusão se pode extraír com alguma segurança: a monotongação deve ter encontrado um contexto propício quando o ditongo *ei* vem seguido de fricativa palatal surda (graficamente, $x < -x$ - ou $\dot{I} + -SC$ -). Esperança Cardeira e Maria Alice Fernandes chamaram pertinentemente a atenção para este tipo de contexto, referindo-se à forma *pexoteiro* (1394), que surge num documento algarvio:

A forma *pexoteiro* pode ser associada a exemplos, mais ou menos singulares, de monotongações bastante antigas. Basta lembrar a oscilação *lexar ~ lecxasẽ* presente na *Notícia de Torto*, ou *beigio ~ beio*, no *Testamento de D. Afonso II*. Esta alternância pode ser interpretada como uma monotongação condicionada pela palatal seguinte ou como um mero recurso gráfico (...). Se aceitarmos a hipótese da monotongação, então teremos de admitir que *pexotero* possa continuar uma tendência já antiga do português arcaico, no sentido da redução do ditongo condicionada pelo contexto consonântico (Cardeira e Fernandes 1997: 61).

De facto, mais de metade dos exemplos apresentados encontra-se nessas circunstâncias, sendo a monotongação de *ei* nesse contexto um traço idiolectal da pessoa que redige os documentos do século XIV, eventualmente um clérigo-notário. Não deixa de se revelar significativo o documento 1402 MA 67, que evidencia as formas *ferero* e *camarero* (< -ARIU), uma vez que, se exceptuarmos as formas monossilábicas *Rey* e *f[re]y*, que nunca apresentam a redução do ditongo (pelo menos no texto escrito), apenas rivalizam com *preito* (2 v.) e *feitura*, cuja semivogal resultou da vocalização do primeiro elemento do grupo -KT-. Assim, se apenas tivermos em conta as formas resultantes de -ARIU, estas últimas formas representam 100%; se, pelo contrário, considerarmos também as que resultaram daquela evolução, *ferero* e *camarero* ocupam 40%. Por último, no documento quinhentista, escrito em S. Martinho, a monotongação torna-se exclusiva na forma com a procedência $\dot{I} + -SC$ - (PÍSCES), mas o apelido *Viera* convive com *Vieira* (2 v.), verificando-se outras formas com ditongo *ei*, com diferentes proveniências.

Os dados aduzidos ajudam, assim, a esclarecer o problema da cronologia da monotongação de *ei*, referido por Paul Teyssier. Relembre-se que, de acordo com o linguista francês,

il est difficile de préciser à quelle date s'est produite, dans le sud du pays, la monophthongaison de *ei*. Dans le théâtre populaire de la seconde moitié du XVIII^e siècle, *e* au lieu de *ei* caractérise le parler des personnages populaires de l'Alentejo, ex. *sardinhero* pour *sardineiro*. La monophthongaison était donc un fait acquis à cette date. Mais il est possible que ses premières manifestations soient plus anciennes (Teyssier 1980: 80).

Recorde-se que, segundo Ivo Castro, do português clássico ao português setecentista, o ditongo [ei] monotongou-se em /e/ «nos dialectos de uma região tão meridional que não chegou a abranger a variante de Lisboa» (Castro 1991: 257). Como se sabe, ao contrário do que acontece com a monotongação de *ou*, este fenómeno não foi admitido na língua comum, o que permite rotulá-lo como “marcado” no português actual.

2.1.4 Ditongo *ou* e monotongação

Retomando as considerações de Paul Teyssier:

La diphtongue *ou*, c'est-à-dire [ow], est devenue aujourd'hui [o] dans le portugais commun, ex. *cousa*, *pouco*, *amou*, *doutor*. Cette monophthongaison a sans doute commencé à se manifester au XVII^e siècle. Elle a envahi tout le sud et la plus grande partie du centre du Portugal, mais dans tout le reste du pays, c'est-à-dire encore une fois au nord, l'ancienne diphtongue *ou* ([ow]) reste vivante. (...) Nous constatons encore une fois, avec cette monophthongaison, qu'une innovation venue du sud s'est imposée au portugais commun et a repoussé vers le nord l'usage ancien en le marginalisant (Teyssier, 1980: 65).

E, em outro passo, acrescenta que «a la monophthongaison de *ou* en [o] fait pendant, à partir d'une date qu'il est difficile de déterminer, la monophthongaison de *ei* en [e]» (Teyssier 1980: 79).

Seja qual for a procedência histórica do ditongo *ou*, a verdade é que desde finais do século XIII, mas mais intensamente a partir do último quartel do século XIV, o nosso *corpus* apresenta manifestações gráficas que sugerem uma tendência, eventualmente de origem rústica, para a monotongação de *ou*.¹² As

¹² Tenha-se em conta que cerca de metade destes documentos são oriundos de zonas periféricas ao mosteiro, muito pouco representadas no nosso *corpus*.

abonações que possuímos são bastante mais numerosas do que as que evidenciam a monotongação de *ei* em [e] e encontram-se sistematizadas na tabela seguinte:

Tabela nº 5 – Formas que evidenciam a monotongação de *ou*

Cronologias	Formas ¹³
1291 Alc 2	<i>coffas ~ coufa</i> (3 v.)
1315 Alj 15	<i>ouirẽ</i>
1375 MA 48	<i>Orẽ; cofas</i> ¹⁶ ~ <i>coufas</i> (4 v.); <i>coufa</i>
1383 Alj 53	<i>cofas ~ couffas</i> (7 v.); <i>couffa</i>
1392 MA 60	<i>trouefstes ~ troueram</i>
1396 Ped 62	<i>pafo</i> ¹⁷
1419 MA 79	<i>oujdor ~ ouuirdes; louou</i>
1428 Alj 86	<i>teforejro ~ teffouorejro</i>
1437 Ped 94	<i>Otubro</i> ¹⁸
1451 MA 105	<i>odiencyas ~ audiencya</i>
1452 MA 106 ¹⁴	<i>ovidor</i>
1453 MA 107	<i>oujdor ~ ouujdor; ouujrdes</i>
1462 Mai 114 ¹⁵	<i>ap[ro]uer</i>
1467 Mai 117	<i>ap[ro]uer, 3 v.; ap[ro]ueffe</i>
1482 MA 125	<i>otorgarom; otorgaua</i>
1485 MA 128	<i>doσ ~ douσ</i>

Na forma *ouirẽ* (1315 Alj 15), deverá admitir-se a possibilidade de *u* poder representar a semivogal do ditongo (em formas primitivas, sem desenvolvimento da consoante /v/ anti-hiática). O mesmo se aplica à forma *louou* do documento 1419 MA 79. Segundo Ramón Lorenzo, quanto a *loar*, «al contrario del gall., es ya muy rara esta forma en textos ports. del XIV, pues desde el XIII se usa *louuar*» e «la forma gall. *oír* es común al port. del XIII». (Lorenzo, 1977: s. u. “oyr”, “ouyr”, “ouuir”, “loar”, “louar”, “louuar”).

Em todas as restantes ocorrências desta colecção, e ao longo do leque cronológico abrangido pelo presente estudo (desde os textos do século XIII), encontra-se representada a consoante anti-hiática: *louuafem* (1 v.), *louuamolo* (2 v.), *louuamos* (28 v.), *louuarõ/louuarã/louuaram* (9 v.), *louuaua* (1 v.), *louuo* (6 v.), *louuor* (1 v.), *louuou* (2 v.), *ouuir* (3 v.), *ouuirẽ* (5 v.), *ouuirã* (1 v.), *ouujdo* (1 v.), *ouujdor* (35 v.), *ouujdores* (2 v.), *ouujdoria* (2 v.), *ouujr* (4 v.), *ouujfe/ouujfem* (2 v.), *ouuydor* (1 v.), *ouvjram* (4 v.).

No sentido de tornar mais nítidos os contornos cronológicos da monotongação deste e do ditongo anteriormente estudado, interessa referir que no documento 1419 MA 79, para além de *oujdor* e *louou*, se encontra a forma *lexar*, que consta na tabela anterior. Estes dados permitem, assim, afirmar que a monotongação destes dois ditongos era já uma realidade no primeiro quartel do século XV, pelo menos no idiolecto de alguns tabeliães. No documento em questão, trata-se de «Johã Anes», «*tabeliam* por El Rey no dicto *moefteiro* e geeral nos coutos dell».

2.1.5 Ditongos *oi/ui*

Segundo a Autora de *HGP*:

a coexistência, na Galiza, de formas com [oi] e com [ui] durante o período medieval teria levado à alternância desses dois ditongos e à generalização dessa alternância a palavras que tinham originariamente o ditongo *ui*, formado por vocalização de *k* do grupo -KT- precedido de *u* (< *ũ*

¹³ Incluímos na tabela as outras variantes (por vezes flexionais) do mesmo lexema, presentes no mesmo documento, no caso de existirem.

¹⁴ Deverá atribuir-se à mesma mão o documento seguinte.

¹⁵ O tabelião é o mesmo que escreve o documento seguinte, também em Maiorga («Aluaro Fferrnãdez»).

¹⁶ Esta forma está inserida na expressão final, exterior ao texto: «Aqui cõ tudo tirado pã e uinho que he ao quarto e todas *cofas* que *Deus* der no dito caçal».

¹⁷ Trata-se de uma leitura duvidosa; o contexto deixa entrever a 3ª pessoa do singular do Pretérito perfeito.

¹⁸ Um documento mais tardio apresenta a forma *Utubro* (1505 MA 138), revelando duas etapas: a monotongação e posterior fechamento da vogal posterior média.

do latim clássico). E, assim, pelo menos desde o século XIII e princípios do século XIV, se encontram os dois tipos de variantes (Maia 1997²: 558-559).

Acrescenta, mais adiante, ao referir-se à situação linguística dos documentos portugueses por ela selecionados:

Em palavras com a mesma proveniência os documentos de Portugal oferecem de modo habitual formas com *ui*, o que se compreende facilmente uma vez que, como vimos, no caso de palavras em que existia *oi* proveniente do encontro de *o* com *i* resultante da vocalização de *k* do grupo -KT- ou de *l* do grupo -LT-, desde o século XIII que a língua começa a fixar-se nas formas inflexionadas com *ui*, não se tendo criado esse estado de flutuação fonética entre os dois ditongos que existiu a norte do Minho. Sendo assim, não se generalizou a alternância *ou/ui* a formas que tinham inicialmente este último ditongo. Apenas num documento outorgado em Valença registei a forma *froytos* (1416 M 168), certamente por influência das variedades vizinhas de além-Minho (Maia 1997²: 559).

A análise do nosso *corpus* revela, no entanto, que essa alternância se generalizou, na área que nos ocupa, pelo menos até cerca de 1450. Referimo-nos à forma historicamente resultante de FRŪCTU- e seus derivados, que conheceu desde cedo as formas com *oi*:

Tabela nº 6 – Variação *oi* ~ *ui* na forma historicamente representante de FRŪCTU- e seus derivados

Variantes com <i>oi</i>		Variantes com <i>ui</i>	
Documentos	Formas	Documentos	Formas
		1291 Alc 2	<i>frutefegedef</i>
		1291 Alc 2	<i>Fruytos</i>
		1291 Alc 3	<i>frutiuiquedef</i> ; <i>fruytof</i>
		1297 Alc 5	<i>fruytos</i> , 2 v.; <i>fruyta</i> ; <i>fruyto</i> , 2 v.
1304 Alc 9;	<i>Froytos</i>		
1304 Alc 10	<i>froytos</i> , 2 v.		
1315 Alj 15	<i>Froyto</i>		
1317 Alc 16;	<i>Froytos</i>	1317 Alc 16;	<i>frutifiguedef</i>
1321 Alc 17	<i>froytedes</i>	1321 Alc 17	<i>Fruytos</i>
1321 Alc 17	<i>froyta</i>		
		1324 Alc 18	<i>frutiffigardes</i> ; <i>frutifig[ue]des</i>
1337 Alc 27	<i>froytiugar</i>	1337 Alc 27	<i>Fruytos</i>
1337 Alc 27	<i>froytiugardes</i>		
1346 Tur 35	<i>froytos</i>		
		1359 MA 42	<i>Fruytos</i>
		1372 MA 47	<i>Ffruytos</i>
		1379 Alc 51	<i>frut[os]</i>
1383 Alj 53	<i>frojtos</i>		
		1397 MA 63	<i>frujtas</i> , 2 v.
		1422 MA 82	<i>fruyt[os]</i>
		1429 MA 88	<i>Frujtos</i>
		1438 Ped 95	<i>[huffo] frujto</i>
1450 Alv 104	<i>ffroytas</i> ; <i>ffroujtas</i>		
		1460 MA 112	<i>Frujta</i>
		1472 TC 120	<i>fruyt[os]</i>
		1491 Alj 132	<i>ffrujtos</i> , 2 v.
		1491 Alj 133	<i>ffrujtos</i> , 2 v.
		1502 MA 137	<i>Ffruytas</i>
		1519 MA 142	<i>Fruyto</i>
		1529 MA 148	<i>Fruyta</i>

Assim, se considerarmos 1450 como termo *ad quem* deste fenómeno de variação, contam-se 25 formas etimológicas¹⁹ desde 1291, e 13 formas com *oi* desde 1304. Curiosamente, é um documento escrito em Alvorninha (o couto mais rural do mosteiro de Alcobaça) que apresenta ainda as formas já nesta altura antigas ou populares *ffroytas* e *ffroujtas*, esta última resultando seguramente da hesitação entre *oy* e *uy*, sentida pelo tabelião.

Merece ser salientado o facto de a variante *ui* ou, monotongada, *u*, serem, atualmente variantes dialetais no galego:

aparecendo a solución *-ui-* no territorio máis occidental da Coruña, no centro-sul pontevedrés e grande parte do bloque oriental, os resultados con monotongación e con metátese de iode rexístran-se tamén en pequenas áreas do galego oriental (...) FRŪCTA > *froita* vs. dial. *fruíta/fruta/frutia* (Ferreiro 1999: 80).

2.2 Ditongo crescente [wa]

Na forma *agua*, foi um fenómeno de todos os tempos a antecipação da semivogal [w] para a sílaba tónica, continuando por vezes a manifestar-se (provavelmente apenas por hábito gráfico), nessa posição:

aug[u]a (1337 Alc 27), *augoa* (1541 Sal 152), *augoas* (1372 MA 47), *augua* (1304 Alc 10; 1321 Alc 17, 2 v.; 1419 MA 79; 1453 MA 107), *Augua* (1391 MA 59), *a[u]guas* (1391 MA 59, 2 v.) e *auguoa* (1541 Sal 152, 2 v.).

Formas deste tipo ocupam 81% do total de ocorrências do nosso *corpus*, contra 19% da forma *agua* (1345 MA 33; 1409 MA 72; 1447 Alj 101). É essa frequência, não só no *corpus* em análise como na colecção *HGP* (Maia, 1997²: 643), que justifica naturalmente a vitalidade deste fenómeno na linguagem popular portuguesa.

Pelo contrário, a tendência (igualmente popular) de simplificar esse ditongo na forma (*a*)*guardar* e derivadas, registada actualmente na língua portuguesa e no galego, não se encontra significativamente representada nos documentos desta colecção, eventualmente por se tratar de uma forma que apenas surge nas fórmulas notariais. Os exemplos que é possível registar não excedem cerca de 10% do total de ocorrências, situando-se maioritariamente no período compreendido entre 1350 e 1363²⁰:

ágardar (1304 Alc 10, 2 v.; 1356 MA 41), *agardar* (1363 MA 45), *gardando* (1350 AM 36; 1356 MA 41; 1359 MA 42; 1362 MA 43) e *gardardes* (1356 MA 41; 1362 MA 43).

De modo completamente isolado, viria a surgir mais tardiamente a forma *garda* na expressão «*pera lua garda*» (1526 Ped 145), contida num instrumento de posse. Idêntica percentagem (9%) corresponde às formas *mēga* (1350 AM 36) e *mīga* (1410 MA 73), que não ultrapassam a primeira década do século XV, eventualmente pelo facto de esta forma constar das expressões típicas das fórmulas notariais («*que nõ mīgue per mīga de benefeturja*»). Mais frequentes são formas do tipo *cāto* ‘quanto’ (1434 SC 91), *qaaes* (1433 Ped 90, 2 v.) e *cādo*, esta última registada apenas em textos tardios (1485 MA 128; 1487 PP 129). Foi, eventualmente, a consciência desta redução que fez nascer a forma híbrida, também tardia: *quayndo* (1479 MA 124).

A avaliar pela frequência com que surge nos documentos, a variante simplificada deve ter sido um fenómeno da língua oral, tal como ainda actualmente subsiste na linguagem popular de Norte a Sul de Portugal, embora, segundo Maia (1997²: 642), com mais vitalidade na área do falar minhoto e em galego²¹.

¹⁹ Em alguns casos, /u/ encontra-se representado por <o>: *frotificarõ* (1304 Alc 10), *frotifiguedes* (1375 MA 48) e *ffrotiugaffe* (1315 Alj 15), tendo sido, de igual modo, contabilizadas no grupo das formas etimológicas.

²⁰ Estes dados obrigam, portanto, a corrigir a cronologia apontada por Leite de Vasconcelos, segundo o qual este fenómeno aparece «já em manuscritos dos séculos XVI e XVII do Minho» (Maia 1997²: 642, nota 1).

²¹ Na verdade, ainda na década de 90 do século XX, ouvimos frequentemente, numa localidade do distrito português de Aveiro (concelho de Anadia), as formas *cando* ‘quando’ e *canto* ‘quanto’ (pop.) a falantes de gerações mais antigas, com um grau de instrução praticamente nulo. Cremos que se tratou de uma variante de feição diastrática e não, propriamente, dialetal.

3. CONCLUSÕES

(i) Ditongos *au* e *ai*

Para além de terem conhecido a evolução de tipo culto (com manutenção do ditongo), algumas palavras da linguagem jurídica com ditongo latino AU conheceram igualmente a evolução de tipo popular, nos séculos XIV e XV. Assim, *autoridade/autoridade* e *autor* constituem registos “desviantes”, mas que deveriam ser comuns na linguagem oral dos tabeliães. Quando, na mesma palavra, existe um *u*, registou-se frequentemente a monotongação de *au* primário em *a*: *claufula* e *clafula* rivalizaram durante o período medieval, apenas se estabelecendo definitivamente a primeira, a partir da década de 80 do século XV, eventualmente depois de soprarem na cultura portuguesa os ventos do italianismo.

Quando o ditongo *au* é secundário, resultante da vocalização em *u* do primeiro elemento do grupo -CT-, o tratamento mais comum foi a sua manutenção mas houve igualmente uma tendência para o seu fechamento, no século XIV (*ouçõ*, por exemplo).

Na actual forma *contrato* (no século XV com a variante *contrayto*, num documento), a monotongação deve ter sido posterior à Idade Média, pois nunca se regista ao longo do período estudado. [Uma pista para o estabelecimento dessa cronologia poderá ser a forma tardia \(eventualmente, semiculta\) *tratou*, de 1565.](#)

Nas palavras originariamente terminadas em -ARIU, o resultado mais frequente nos textos da região portuguesa analisada é a atração da semivogal para junto da sílaba tónica: *notayro*, *vigairo*, *contrayro*, *ordenayro*, são alguns exemplos. Mantém-se a terminação em alguns nomes de cargos ou profissões (*comendatario*, *secretarjo*) bem como nas variantes gráficas do adjetivo *neceffario*.

Um dos ditongos formados ao longo da história da língua portuguesa, particularmente importante para fins de periodização diz respeito ao que resultou da atração da semivogal [j] da forma de Presente do conjuntivo de *sabham* (< SAPIANT) para a sílaba tónica, formando com a vogal dessa sílaba o ditongo decrescente *ai* (*Saibam*). Essa atração verificou-se, no *corpus* em apreço, volvido o 1º quartel do século XV. O mesmo fenómeno de atração pode observar-se na forma *efcaybar* ‘trocar’ (<* EXCAMBIÁRE) e no nome verbal *efcaybo*, que se verificou já no 3º quartel do mesmo século.

(ii) Ditongos *ei* e *ou*

É extremamente interessante a evolução registada na forma de origem árabe *aldeya* (s. XIV) > *aldea* (s. XV, 1450, 2 v.) > *aldeia* (s. XVI) no *corpus* em estudo, particularmente se pensarmos que *aldea* é a forma típica do galego. A mudança teve, contudo, outra direção em *meyado* e *meyo* (ss. XIV e XV), de origem latina, pois a partir de finais do século XIV e até ao século XVI prevalecem as formas *meo* e *mea*.

A monotongação de *ei*, documentada, neste *corpus* desde 1363, deve ter encontrado um contexto propício quando o ditongo vem seguido de fricativa palatal surda (graficamente, *x* < -X- ou *ĭ* + -SC-), mas também de vibrante simples alveolar, ou seja, sons articulatoriamente muito próximos da semivogal para sustentar a sua manutenção. Entre os meados do século XIV e o primeiro quartel do século XVI a monotongação regista-se em 21 abonações: *lexar* (1362, 1363 e 1419), *ferero*, *camarero* (1402), *pexe(s)* (1515, 8 v.), *Viera* (1515), *meo* (1392, 1472, 1505), *mea* (1528, 2 v.) e *aldea* (1453, 2 v.).

Quanto à monotongação de *ou*, atualmente aceite pela norma, desde finais do século XIII, mas mais intensamente a partir do último quartel do século XIV, o nosso *corpus* apresenta inúmeras manifestações dessa tendência, de origem rústica ou popular.

(iii) Variação *oi*/*ui*

A análise do nosso *corpus* revela que se verificou, ao longo do século XIV, a propagação analógica do ditongo *oi* a formas que continham etimologicamente *ui* (FRŪCTU- e seus derivados, por exemplo), criando a variação do tipo *fruito/froito*, cujo termo *ad quem* foi 1450, em proveito da forma etimológica *fruito*, dialetal no galego.

(iv) Antecipação de vogal (*auga*) e simplificação de [wa]

Na forma *agua*, verificou-se, ao longo do leque cronológico abrangido pelo presente estudo, a antecipação da semivogal *u* para a sílaba tónica (*aug<u>a*). Do mesmo modo, simplificou-se o ditongo na forma (*a*)*guardar* e derivadas, tal como acontece hoje na língua portuguesa e no galego. Formas como *garda*, *mêga*, *mîga*, *câto*, *qaes* e *câdo* atravessam os documentos desta coleção, tendo sido,

eventualmente a consciência desta redução que fez nascer a forma híbrida, já tardia, *quayndo* (1479 MA 124).

Pelo que foi exposto, é legítimo afirmar que, se a língua tivesse seguido, naturalmente, o seu rumo, sem o espartilho nivelador e normativo exercido pela Corte e pelos colégios monásticos portugueses do Centro-litoral, ou, eventualmente, sem os juízos de valor que os gramáticos lhe foram impondo ao longo dos séculos, formas como *froito*, *aldea*, *gardar*, *auga* ou *Tareija* estariam ainda vivas numa língua que não hesitaríamos em chamar “galego-português”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barbosa, Jorge Manuel de Moraes Gomes (1958): *Cronica de Castela (ms. 8817 da Biblioteca Nacional de Madrid). Elementos para o estudo linguístico. Texto (Fernando I – Afonso VI). Volume I (Introdução e elementos para o estudo linguístico). Vol. II (Texto). Vol. III (Glossário)*. Dissertação de licenciatura em Filologia Românica, inédita. Universidade de Lisboa: Faculdade de Letras.
- Boullón Agrelo, Ana Isabel (1999): *Antroponímia medieval galega (ss. VIII-XII)*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag.
- Cardeira, Esperança (2005): *Entre o Português Antigo e o Português Clássico*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Cardeira, Esperança / Maria Alice Fernandes (1997): “Aspectos do português algarvio na transição do século XIV para o XV”, em Ivo Castro (Ed.), *Actas do XII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística (Braga-Guimarães, 30 de Setembro a 2 de Outubro de 1996)*, vol. II. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, 55-68.
- Carvalho, Maria José (2017): *Documentação medieval do mosteiro de Santa Maria de Alcobaça. Edição, com introdução e notas de aparato crítico. (= Verba, Anexo 74)*. Santiago de Compostela: Servicio de Publicacións e Intercambio Científico: <http://dx.doi.org/10.15304/9788416533817> [Consultado em 27 de dezembro de 2017].
- Carvalho, Maria José (2015a): “Sobre as origens dos valores de /e/ átono em posição medial no Português europeu e brasileiro”, *Revista Galega de Filoloxía*, 16: 43-73. doi: 10.17979/rgf.2015.16.0.1378 [Consultado em 27 de dezembro de 2017].
- Carvalho, Maria José (2015b): “Sobre as origens de [u] átono no Português europeu contemporâneo: variação, mudança e dimensões sociocognitivas”, *Diacrítica. Série Ciências da Linguagem* 29, 1, 171-202. On-line: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0807-89672015000100007&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt [Consultado em 27 de dezembro de 2017].
- Carvalho, Maria José (2011): “From Etymology to Cognitive Sociolinguistics. A Case-Study from European Portuguese”, em Augusto Soares da Silva / Amadeu Torres / Miguel Gonçalves (Org./Eds.), *Línguas Pluricêntricas. Variação Linguística e Dimensões Sociocognitivas/Pluricentric Languages. Linguistic Variation and Sociocognitive Dimensions*, Braga: Aletheia, 353 - 364.
- Carvalho, Maria José (2006): *Documentação medieval do mosteiro de Santa Maria de Alcobaça (séc. XIII-XVI). Edição e estudo linguístico*. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra [O corpus incluído nesta tese foi publicado em *Verba*, Anexo 74].
- Carvalho, Maria José (2000): “O morfema *-des* na história da língua portuguesa. Uma abordagem segundo a metodologia da Sociolinguística histórica”, em Annick Englebert, Michel Pierrard, Laurence Rosier e Dan Van Raemdonck (Eds.), *Actes du XXIIe Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes (23-29 juillet 1998)*, II. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 65-74.
- Carvalho, Maria José (1999): “A alomorfa no plural dos nomes de lexema em *-l*: um estudo de morfologia histórica portuguesa”, em Ana Cristina Macário Lopes / Cristina Martins (Org.), *Actas do XIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, vol. I. Braga: Associação Portuguesa de Linguística, 265-281.
- Castro, Ivo (com a colaboração de Rita Marquilhas e José León Acosta) (1991): *Curso de história da língua portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Ferreiro, Manuel (1999): *Gramática Histórica Galega. I. Fonética e Morfosintaxe*. Santiago de Compostela: Edicións Laiovento.
- Kabatek, Johannes (2001): “¿Cómo investigar las tradiciones discursivas medievales? El ejemplo de los textos jurídicos castellanos”, em D. Jacob & J. Kabatek (Orgs.), *Lengua medieval y tradiciones discursivas en la Península Ibérica: descripción gramatical – pragmática histórica –*

- metodologia*. Frankfurt/Main-Madrid: Verwert/Iberoamericana (Linguística Iberoamericana, 12), 97-132.
- Lorenzo, Ramón (1977): *La traducción gallega de la Crónica General e de la Crónica de Castilla*, vol II (Glosario), Instituto de Estudos Orensanos “Padre Feijoo”.
- Maia, Clarinda (1997²): *História do galego-português. Estado lingüístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI*. Lisboa: FCG/JNICT.
- Nunes, José Joaquim (1989⁹): *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa (Fonética e Morfologia)*. Lisboa: Clássica Editora.
- Teyssier, P. (1980): *Histoire de la langue portugaise*. Paris: Klincksieck.
- Veiga Rodríguez, Alexandre (1986): “Notas sobre algúns procesos reductivos de ditongos decrescentes en galego”, *Verba* 13, 301-311 (On-line: https://minerva.usc.es/xmlui/bitstream/handle/10347/4900/pg_303-314_verba13.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Consultado a 27 de dezembro de 2017.